

**CAVALCANTI JÚNIOR, Ary Albuquerque<sup>1\*</sup>**

<https://orcid.org/0000-0001-7918-1892>

**LANGARO, Jiani Fernando<sup>\*\*</sup>**

<https://orcid.org/0000-0003-2048-2927>

**RESUMO:** O artigo discute os desafios e possibilidades para o ensino de história regional e local, no que tange ao tema da Ditadura Militar no Brasil. O texto reconhece as dificuldades que permeiam o ensino de tão delicado tema, que muitas polêmicas ainda suscitam na sociedade brasileira, em um contexto atual, em que a educação é marcada por censuras e perseguições a docentes. No entanto, frisa a necessidade de se trabalhar esse tema em sala de aula e levanta um rol de possibilidades para superar os principais desafios que se colocam ao trabalho docente. Entre eles estão a abertura de espaço na grade curricular para o ensino de história regional e local, a construção de material didático – geralmente indisponível sobre o tema nos recortes espaciais enunciados –, dentre outros. Para tornar a proposta ainda mais clara, apresenta-se o estado da Bahia e o Oeste do Paraná como possibilidades para esse ensino no intuito de oferecer aos/às docentes uma espécie de guia de trabalho. Como objetivo central, busca-se por meio do ensino de história regional e local a superação da concepção de que não houve repressão e autoritarismo por parte do regime militar fora dos grandes centros urbanos da região Sudeste do Brasil.

**PALAVRAS-CHAVE:** Golpe de 1964; Autoritarismo no Brasil; Possibilidades para o ensino de história.

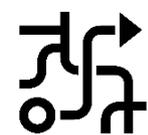
**ABSTRACT:** The article discusses the challenges and possibilities for regional and local history teaching concerning the theme of the military dictatorship in Brazil. The text recognizes the difficulties that permeates the teaching of such a delicate theme, that it still raises so many controversies in the Brazilian society, especially in the present days, when the education is marked by reproaches and persecutions of teachers. However, it emphasizes the need to teach this theme in class and it shows a group of possibilities to overcome the main challenges in the teachers' work. Among them are the opening of spaces in the curriculum for the regional and local history teaching, the design of didactic material – generally unavailable on the abovementioned topics –, among others. To turn the proposal clear, it shows the State of Bahia and the West of Parana region as possibilities for this teaching, in order to offer the teachers a kind of working guide. As its main objective, it searches, by the teaching of regional and local history, the overcoming of the concept that there was no repression or authoritarianism of the military regime out of the big urban centers in the Southeast region of Brazil.

**KEYWORDS:** Coup of 1964; Authoritarianism in Brazil; Possibilities for History teaching.

---

\* Professor Adjunto do Departamento de História da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Membro da *Red Panamazónica para la Formación y Enseñanza de la Historia*: panorama de pesquisa, diálogos e intercâmbio (REPAMFEH); do Laboratório de Estudos de Gênero, História e Interculturalidade (LEGHI/UFMG) CÁTEDRA UNESCO; do grupo de estudos e pesquisa em História e Memória Geracional e Trajetórias Sociogeracionais (GHEMPE/UESB) e do grupo de pesquisa Interpretação do Tempo: ensino, memória, narrativa e política (iTempo), da Universidade Federal do Pará (UFPA). Coordenador do projeto de pesquisa: "Ditadura militar no Brasil: representações, sociedade e ensino de história" (UFMT). E-mail: ary.junior@ufmt.br

\*\* Bacharel e Licenciado em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, mestre em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU, doutor em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP e Pós-doutorando em História pela Università Ca'Foscari Venezia. Professor adjunto da Faculdade de História e membro do corpo docente permanente do Programa de Pós-Graduação em História – PPGH e do Mestrado Profissional em Ensino de História – PROFHISTÓRIA da Universidade Federal de Goiás – UFG. E-mail: jflangaro@ufg.br.



## INTRODUÇÃO

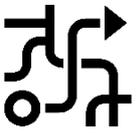
O ensino de história no Brasil nunca esteve tão ameaçado como nos últimos anos: perseguições em sala de aula, temas censurados e reformas educacionais desmedidas deram a tônica aos enfrentamentos docentes em sala e fora dela. Tais ações se devem, principalmente, à escalada da extrema direita no país ao longo dos últimos anos, a qual não apenas passou a difundir visões distorcidas sobre a ciência, mas também deixou um rastro de desinformação e negacionismo sobre o passado. Nessa perspectiva, a temática da Ditadura Militar nunca esteve tão em evidência, vide as discussões levantadas na grande mídia e nas mais variadas redes de produção de conteúdo na internet, tais como o *YouTube*.

A despeito do exposto, nosso artigo busca pensar alternativas para a sala de aula, mesmo reconhecendo toda a difícil conjuntura que cerca o cotidiano escolar. Assim, voltamo-nos para a discussão da Ditadura Militar<sup>1</sup> a partir de uma perspectiva regional e local. Compreendemos ser importante problematizar quanto ainda temos de historiografia que centraliza suas discussões na região Sudeste do Brasil, entendendo que ali ocorreram os ditos “grandes eventos históricos” nacionais. No caso da Ditadura Militar não é diferente, muitas vezes as regiões Sul, Nordeste, Centro-Oeste e Norte do Brasil – principalmente nos locais distantes das capitais estaduais – são consideradas “zonas de recuo”, ou seja, são vistas como locais onde o processo repressivo foi mais brando em relação ao que ocorria no Sudeste e nas capitais (CAVALCANTI JUNIOR, 2016). Conseqüentemente, teriam sido escolhidas por militantes no processo de fuga forçada contra a repressão instaurada no período, sendo por isso chamadas de “zonas de recuo”.

Como docentes que escrevem o presente texto, compreendemos que as experiências são construtos fundamentais no processo de nossa formação, a qual não se restringe a leituras teóricas, mas se estende à *práxis* em sala de aula. Dessa forma, nas vivências experimentadas tanto na educação básica quanto no ensino superior, entre os estados que atuamos, pudemos ouvir expressões como: “ah, professor, aqui

---

<sup>1</sup> A historiografia brasileira que discute a ditadura instaurada em 1964 apresenta diferentes perspectivas para sua natureza e conseqüentemente sua nomenclatura. Contudo, a partir dos estudos realizados por Carlos Fico (2017), optamos pelo uso de Ditadura Militar e não Civil-Militar. Partimos da compreensão de que o apoio civil ocorreu, contudo, as decisões e as formas de governar se deram a partir da alta cúpula militar, vide os cerceamentos cada vez maiores no campo das liberdades individuais e uma concentração na justiça e nos mandos militares.



não houve ditadura”, “se teve ditadura, nada se compara a São Paulo” e “aqui não foi/é um local de importância histórica”. Nessa perspectiva, o presente artigo tem como objetivo problematizar, ainda que brevemente, os conceitos de história regional e local no limiar do ensino de história e seus possíveis usos na compreensão da Ditadura Militar em sala de aula. Da mesma forma, buscamos combater visões que compreendem que as ações do Estado repressivo ficaram localizadas em determinados espaços, algo que cada vez mais precisa ser desconstruído por não se sustentar à luz da documentação de época e da historiografia.

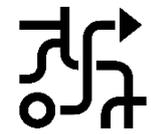
Sobre os conceitos de região e local, segundo Constantino (2004), a escola francesa dos *Annales* ampliou as relações da história com outros campos do conhecimento, bem como permitiu “novas” problemáticas e o descortinar de fontes até então restritas pelo modelo positivista. Nesse contexto, as histórias regional e local vêm sendo amplamente debatidas, principalmente no ensino de história, ainda que reformas educacionais recentes tenham ampliado o fosso existente entre o que erroneamente se entende por história nacional e regional/local. Algo que a lógica capitalista de ensino, focada na aprovação de processos seletivos, dificulta ainda mais a ação docente em sala de aula, principalmente na educação básica, tendo em vista que raros são os casos em que as histórias regionais e locais são abordadas<sup>2</sup>, simplesmente por não comporem os currículos de história do sexto ano em diante.

As contribuições para a renovação desse campo também vieram da vertente historiográfica marxista inglesa. O texto “História local e história oral”, de Raphael Samuel (1989/1990), traduzido e publicado na *Revista Brasileira de História*, no final da década de 1980, foi emblemático. O autor propunha a inovação da história local por meio de abordagens e fontes que tivessem como objetivo dar destaque à ação humana.

Ainda no campo do regional e do local, existe um debate na historiografia brasileira quanto a sua abordagem, sendo vista em alguns estudos como os de Erivaldo Neves (2008), como metodologia, e nas propostas de Barros (2009), como um campo da história. Na esteira das problemáticas do regional e do local, porém adentrando brevemente sua matriz epistemológica, uma importante contribuição parte

---

<sup>2</sup> A última reforma do ensino médio diminuiu a carga horária de disciplinas como história, algo que dificultou ainda mais a aplicação dos conteúdos previstos. Soma-se a isso, principalmente no ensino médio, as cobranças na aprovação de processos seletivos que dão acesso ao ensino superior e acabam por uniformizar temas e proposições no campo da história.



de Durval Muniz de Albuquerque Junior, com sua obra *A invenção do Nordeste e outras artes* (2009). No referido trabalho, o autor problematiza a própria construção da ideia de região que, segundo ele, perpassa uma teia de poder que elabora imagens e discursos, partindo do pressuposto de que a ideia de região não aproxima culturas semelhantes, mas acaba por homogeneizá-las. Com isso, compreende-se o avanço das discussões sobre a ideia de região e de local, possibilitando ao trabalho em sala de aula inúmeras discussões, tais como cultura, identidade e silenciamentos.

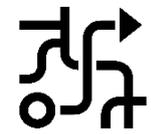
Já no que tange à Ditadura Militar, nos últimos anos ela se tornou um dos temas mais debatidos, porém não apenas por novas pesquisas, mas por correntes negacionistas, as quais passaram a refutá-la, mesmo com diversas evidências históricas. Como resultado, a relativização e até a defesa da tortura e demais ações violentas e repressivas do Estado ganharam força, passando a ser cada vez mais defendidas e evidenciadas em redes sociais e também na sala de aula. Logo, o presente texto também é uma forma de reafirmar o compromisso docente e sua importância no combate aos negacionismos históricos e às tentativas de apagamento do que foram as mais de duas décadas de ditadura militar no Brasil.

## **O ENSINO DE HISTÓRIA REGIONAL E LOCAL**

Perpassando inúmeros projetos político-pedagógicos, o ensino de história foi/vem sofrendo diferentes mutações ao longo de sua trajetória enquanto disciplina. Como destaca Bittencourt (2008), se de início a inserção da história nos currículos ocorreu mediante a tentativa de construção de uma identidade nacional, as demandas foram sendo repensadas ao longo dos séculos e, conseqüentemente, as escolhas dos conteúdos e abordagens se transformaram.

No contexto de mudanças, principalmente com o final do período ditatorial brasileiro (1964-1985) e com medidas como o retorno de história e geografia nos currículos escolares, foi necessária uma “reconstrução” do campo de ensino, repensando políticas educacionais, currículos e o que seria abordado em sala de aula. Assim, como pontua Rodrigues Junior:

Durante a década de 1990 o Brasil se inseriu em um movimento mundial de mudanças curriculares que consolidou os debates acerca da renovação do ensino da História propostos no contexto da redemocratização. Neste contexto, os Parâmetros Curriculares Nacionais publicados a partir de 1997 consagraram a



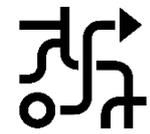
influência da psicologia da aprendizagem piagetiana a partir da interpretação de educadores como César Coll, do que se denomina construtivismo (RODRIGUES JUNIOR, 2017, p. 13).

A partir da inserção dessas mudanças, uma das propostas apresentadas era a de um ensino de história mais próximo da realidade dos/as estudantes, sendo orientada à inserção de problemáticas regionais e locais no currículo (PAIM; PICCOLI, 2007). Tinha em vista o combate não apenas ao distanciamento dos conteúdos da realidade vivida, mas também de uma história homogênea que não levasse em consideração as particularidades locais e regionais. Sendo assim, com base no que apresentam os autores mencionados, os quais corroboramos ao abordarem o regional e o local no ensino de história, destacam-se as diferenças, as peculiaridades, a diversidade de valores e crenças etc. Algo que, ao ser pensado no recorte temporal do período ditatorial brasileiro, em sala de aula, se faz fundamental no combate ao centralismo histórico, que é tão difundido, e nos diferentes impactos do período nos distintos espaços do país.

Um dos exemplos desse centralismo histórico e dos desafios enfrentados pelos/as professores/as no ensino de história regional e local pode ser elucidado com base no estudo realizado por Souza e Ribeiro (2021). Os autores aplicaram questionários com colaboradores/as (docentes e discentes) de uma escola no município mato-grossense de Cáceres. Os pesquisadores buscaram compreender quais conhecimentos os/as colaboradores/as tinham sobre a história regional e local e quais deles usavam em sala de aula. Nesse contexto, destacam que:

(...) ensinar História Regional e Local parece ser uma tarefa ainda mais desafiadora quando se observa e analisa qualitativamente narrativas de estudantes sobre essas temáticas. Podemos ler que, em meio aos debates sobre as visões de história que permeiam as propostas curriculares desde a década de 1980, configurou-se um campo profícuo a ser explorado, em que se encontram possibilidades de diálogo entre escolas e outras instituições que se disponham pela prática educativa, como as universidades (SOUZA; RIBEIRO, 2021, p. 208).

Dessa forma, pensar uma abordagem regional e local é também encontrar inúmeros desafios, algo que vai desde os livros didáticos, provenientes de grandes editoras e que retomam a visão centralista do eixo sudestino do Brasil, até a lógica neoliberal voltada para os processos seletivos (BITTENCOURT, 2008). Porém, é necessário reiterar que já existem inúmeras produções realizadas pelos mestrados profissionais em ensino de história, em especial a rede ProfHistória, além dos



programas de pós-graduação acadêmicos, os quais colocam em xeque tais construções tradicionais. São dissertações e artigos que dão destaque a história das diferentes localidades e as regionalidades que permeiam o Brasil, bem como apresentam importantes alternativas para o pensar sobre diferentes temas em sala de aula<sup>3</sup>.

Obviamente, a reflexão que aqui se explana não surge no sentido de retirar a importância dos processos históricos que ocorreram nos estados do Sudeste, mas de problematizar e destacar as descontinuidades, as heterogeneidades de outras localidades para o processo histórico, algo que se mostra, inclusive, segurado em normativas educacionais. Dois exemplos são o Parâmetro Curricular Nacional de História (BRASIL, 1997) e a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018). No caso do PCN, destaca-se que:

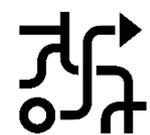
Cabe ao professor, ao longo de seu trabalho pedagógico, integrar os diversos estudos sobre as relações estabelecidas entre o presente e o passado, entre o local, o regional, o nacional e o mundial. As vivências contemporâneas concretizam-se a partir destas múltiplas relações temporais e espaciais, tanto no dia-a-dia individual, familiar, como no coletivo. Assim, a proposta é de que os estudos sejam disparados a partir de realidades locais, ganhem dimensões históricas e espaciais múltiplas e retornem ao local, na perspectiva de desvendá-lo, de desconstruí-lo e de reconstruí-lo em dimensões mais complexas (BRASIL, 1997, p. 47).

Já na nova BNCC, quanto às histórias regional e local, elas são destacadas como habilidades do 3º ano do fundamental I e do 9º ano do fundamental II, sendo mencionadas da seguinte forma, respectivamente:

(EF03HI03) Identificar e comparar pontos de vista em relação a eventos significativos do local em que vive, aspectos relacionados a condições sociais e à presença de diferentes grupos sociais e culturais, com especial destaque para as culturas africanas, indígenas e de migrantes (BRASIL, 2018, p. 411);  
(EF09HI02) Caracterizar e compreender os ciclos da história republicana, identificando particularidades da história local e regional até 1954 (BRASIL, 2018, p. 429).

---

<sup>3</sup> Dentre as dissertações defendidas no mestrado profissional em ensino de história (ProfHistória) destacamos: "Repressão e resistência na ditadura civil-militar: construção de site temático para o ensino de história local (Curitiba-PR)", de Luiz Silva (2018), e "Mulheres nas Lutas de Resistência à Ditadura Empresarial-Militar na Bahia: Dos Estudos Acadêmicos à Produção de Materiais Didáticos", de Daniela Silva (2021). O banco de dissertações pode ser acessado em: <https://www.profhistoria.com.br/articles>. Acesso em 11 jul. 2023.



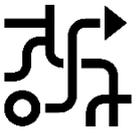
Importante notar que ambos os documentos que regem a prática docente de história – mas principalmente a BNCC – mencionam o regional e o local de uma forma muito sutil. Porém, ainda é possível notar algo mais que um distanciamento entre as normativas e o cotidiano em sala de aula, como também a deficiência na produção de material didático que facilite esse trabalho no sistema escolar. Além disso, o foco nos vestibulares e demais processos seletivos acaba induzindo o ensino médio a uma grande revisão da história dita nacional. Ou seja, ainda que a história regional e local chegue até a sala de aula, a forma fragmentada (muitas vezes restrita a datas comemorativas, estaduais e municipais), mesmo com possíveis ganhos no processo de consciência histórica, ainda se mostra muito frágil. Soma-se a isso a nova reforma do ensino médio que, mesmo não sendo o foco do presente artigo, trouxe impactos para o ensino de história e para o tempo da disciplina nos bancos escolares, algo que dificulta ainda mais a inserção do debate regional e local<sup>4</sup>.

Ainda sobre a história regional e local no ensino de história, é importante problematizar seu conceito e seus cuidados, tendo em vista que seu objetivo não é restringir os saberes. Nesse ponto, Jiani Fernando Langara (2018) chama a atenção para a necessidade de articulá-la com a história global, sendo essa conceituada pelo autor como: “escalas espaciais maiores que a local e a regional, podendo significar o espaço nacional ou mesmo mundial, portanto, o sentido aqui empregado é de macro espacialidade” (LANGARO, 2018, p. 116). Com isso, ancorado em Janaína Amado (1995), Langara (2018) destaca que o regional e o local possuem suas particularidades, mas é preciso cuidado para não incorrer no erro de transformar essa abordagem em algo exótico e desprezado, perfazendo um novo distanciamento. Assim, o autor compreende que é necessário, no trabalho docente, uma articulação entre as complexas dinâmicas e as relações entre as diversas localidades.

Outro autor que problematiza a perspectiva de uma história regional e local é Erinaldo Cavalcanti (2018), que pontua os desafios no próprio uso do conceito de local, levando o/a docente a cair em “armadilhas” conceituais imprecisas, tendo em

---

<sup>4</sup> Sobre a reforma do ensino médio, ver: RODRIGUES JUNIOR, Osvaldo. A luta da memória contra o esquecimento: a reforma do Ensino Médio e os (des) caminhos do ensino de História no Brasil. *Revista Trilhas da História*, v. 7, n. 13, p. 3-22, 2017.



vista a própria noção de espaço, além da própria hierarquização da história. Sendo assim, ele destaca que:

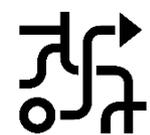
Acredito que problematizar as “dimensões locais da história” pode contribuir para evitarmos certos reducionismos. Ou seja, o professor pode ensinar/estudar/pesquisar a história do bairro, da rua e da cidade – onde se encontra a escola, por exemplo –, sem a necessidade de enquadrar os acontecimentos, ou compreendê-los pelas lentes de uma “história local” como convencionalmente costuma ser apreendida (CAVALCANTI, 2018, p. 287).

Compreendemos a crítica apontada por Cavalcanti (2018) e reconhecemos a existência das problemáticas descritas. Por essa razão, partimos do princípio de que a perspectiva de uma história regional e local deve buscar “visibilizar” as fissuras que quase não são mencionadas nos diferentes registros históricos.

Para tanto, compreendemos, com base em Langaro (2018), que a articulação entre essa abordagem e o global é fundamental, tendo em vista que isso permitirá até mesmo o uso do tão questionado livro didático, em muitas escolas a única fonte para o ensino de história. Nesse caso, é importante realizar reflexões sobre os acontecimentos descritos no livro em diálogo com o espaço de vivência em que os/as discentes estão localizados/as, algo que será melhor explorado na parte final deste texto, ao propor possibilidades para o ensino de história regional e local e a Ditadura Militar.

Todavia, levamos em consideração as preocupações expressas por Aryana Costa (2019), para a qual “A história local por si só, assim como a ‘história geral’, não consegue dar conta de tudo. Ela não consegue prover visões amplas ou sínteses como os recortes nacionais e globais exigem e conseguem dar” (COSTA, 2019, p. 136). Sendo assim, é possível trabalhar com escalas. Porém, a existência de diálogos entre elas é fundamental para que não passemos a entender o ensino de história local e regional como solução para todos os problemas educacionais. Como a própria autora propôs, o diálogo entre o local e o regional e dimensões espaciais mais amplas permite aos/às estudantes observar onde essas perspectivas se distanciam e se aproximam (COSTA, 2019). Dessa forma, evita-se também qualquer tipo de hierarquização ou de uma visão que desloque bairros, cidades, estados e países de uma rede de acontecimentos e desdobramentos.

A partir do exposto, compreendemos que abordar a história regional e local em sala de aula em diálogo com uma história de escalas mais amplas se faz



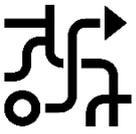
necessário, contudo também é necessário que se reconheçam as relações de força existentes nas narrativas e representações que permeiam nossa cultura escolar, tendo em vista que muitas/os docentes da educação básica no Brasil não dispõem de material e nem mesmo de estrutura física institucional, financeira etc. para subsidiar uma discussão sobre a temática central deste artigo.

### **CAMINHOS PARA SE PENSAR A DITADURA MILITAR EM SALA DE AULA**

A historiografia sobre a Ditadura Militar, ao longo dos últimos anos, vem problematizando os impactos do período nos diferentes lugares do país. Com isso, novas e importantes discussões passaram a ser realizadas e promoveram uma visão mais heterogênea acerca da repressão nos diferentes estados do Brasil. Nesse contexto, em nossas experiências em sala de aula, ao abordar a temática, inúmeras vezes chegavam narrativas de que estados como Bahia, Sergipe e Ceará, por exemplo, teriam sido “zonas de recuo” contra a Ditadura Militar. Ou seja, enquanto São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais vivenciavam “anos de chumbo”, os estados mencionados viviam um momento mais ameno. Ainda que tais narrativas sejam ultrapassadas- vide estudos como *Ousar lutar, ousar vencer*: histórias da luta armada em Salvador (1969-1971), de Sandra de Souza (2013); *Resistência, rota de fuga e refúgio: o Cariri cearense na Ditadura Militar*, de Cícero Simião (2019); e *Em busca da liberdade: memória do movimento feminino pela anistia em Sergipe (1975-1979)*, de Maria Oliveira (2021) - observamos novamente o que destacam Souza e Ribeiro (2021): o tão debatido problema do distanciamento entre as produções acadêmicas e a escola, algo que ainda resulta em errôneas hierarquizações, apesar dos esforços de muitas/os docentes e universidades, distanciando reflexões e processos de renovação de estudos no campo da história.

Por outro lado, as pesquisas no campo do ensino de história vêm desenvolvendo novas propostas para se pensar a prática docente, destacando o protagonismo escolar e, principalmente, as diferentes fontes em sala de aula. Nesse cenário, o uso de fontes audiovisuais, jogos, aulas de campo e das novas tecnologias tem possibilitado aproximações e visões menos distantes entre passado e presente no ensinar história, principalmente nas escolas.

No caso da Ditadura Militar, uma série de depoimentos de sobreviventes à repressão no Brasil pode ser encontrada na plataforma de vídeo *YouTube*. São



narrativas individuais ou documentários, assim como filmes ficcionais, algo que permite aos docentes trabalharem com tais fontes em sala de aula, dotados dos aspectos metodológicos e dos cuidados que elas demandam.

Uma das fontes já trabalhadas e indicadas é o documentário *Memórias femininas da luta contra a Ditadura Militar* (2015)<sup>5</sup>, produzido pelo Laboratório de Estudos do Tempo Presente do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Além de abordar o período ditatorial brasileiro, a produção destaca a militância e o protagonismo feminino, algo que contribui de forma significativa para o combate aos silenciamentos históricos.

Outra possibilidade é o uso em sala de aula de fontes documentais do período, as quais se encontram disponíveis em sites como *Brasil Nunca Mais*<sup>6</sup>, *Memórias Reveladas*<sup>7</sup>, *Memórias da Ditadura*<sup>8</sup>, ou, mais recentemente, os relatórios finais da Comissão Nacional da Verdade<sup>9</sup>, apresentando os graves crimes de violações aos Direitos Humanos perpetrados durante a Ditadura Militar. A aproximação com a documentação se faz fundamental pois, além do acesso e análise crítica por parte dos/as estudantes, a própria noção do papel do ofício da história frente às fontes pode ser destacada pelo/a professor/a.

Outro caminho é o uso de jogos em sala de aula, dentre eles o *Role-Playing Game* (RPG) que, apesar de ter feito muito sucesso nos anos 90 do século passado, hoje com novas tendências e elaborações, tem novamente chegado às escolas. Em linhas gerais, ele tem como objetivo construir uma história interativa em que as decisões partem das pessoas envolvidas, que, no caso de sua utilização em sala de aula, permitem aos estudantes serem detentores dos desdobramentos da narrativa (PEREIRA, 2010).

---

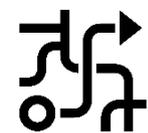
<sup>5</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YWtuhUsn5ao&t=293s> Acesso em: 21 mar. 2023.

<sup>6</sup> Disponível em: <https://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/>. Acesso em: 21 mar. 2023

<sup>7</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/>. Acesso em: 21 mar. 2023.

<sup>8</sup> Disponível em: [https://memoriasdaditadura.org.br/?gclid=CjwKCAjwq-WgBhBMEiwAzKSH6HJJ5pr\\_8R5eG8e1JK19kikiKTfdnJLRd\\_vjPv9buVPpQQ\\_Pi62o5RoC0s4QAvD\\_BwE](https://memoriasdaditadura.org.br/?gclid=CjwKCAjwq-WgBhBMEiwAzKSH6HJJ5pr_8R5eG8e1JK19kikiKTfdnJLRd_vjPv9buVPpQQ_Pi62o5RoC0s4QAvD_BwE). Acesso em: 21 mar. 2023.

<sup>9</sup> Disponível em: [http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=571](http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=571). Acesso em: 21 mar. 2023.



Contudo, como já destacado, sabemos que muitas escolas não possuem uma estrutura física adequada e materiais à disposição. Além disso, a retirada de carga horária de história nos últimos anos e as demandas internas das instituições, dentre outros fatores, acabam dificultando o tempo para a construção de RPG em sala. Dessa forma, o site *holodeck.com* disponibiliza RPGs com temas variados no campo da política e da história para uso em sala de aula<sup>10</sup>. Sobre a Ditadura Militar, o número 98, intitulado Regras do jogo#28 – Games e a Ditadura Militar<sup>11</sup>, apresenta os jogos *Diário da Repressão* e *Pra não dizer que não falei das flores*. Seu uso em sala de aula permitirá a vivência de experiências e o protagonismo das ações ao longo do jogo junto ao período e a tomada de decisões, algo que possibilita aos/às discentes o entendimento sobre ações durante o contexto político ditatorial.

### **A DITADURA MILITAR EM REGIÕES ESPECÍFICAS DO BRASIL: POSSIBILIDADES PARA O ENSINO DE HISTÓRIA TOMANDO COMO RECORTE O OESTE PARANAENSE**

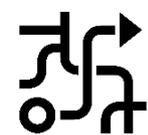
Segundo afirmamos ao longo deste trabalho, é equivocada a sensação de que, fora dos grandes centros urbanos brasileiros não houve ditadura ou, mais especificamente, o regime não fez sentir sua repressão, autoritarismo e impactos negativos de qualquer sorte. O país foi governado sob o mando ditatorial por mais de vinte anos, período em que se operaram diversas mudanças estruturais. A título de ilustração, quando a ditadura se iniciou, em 1964, a maioria da população brasileira vivia no campo, ao passo que no final do regime, em 1985, nosso país era majoritariamente urbano.

Entretanto, reconhecemos que encontrar materiais didáticos para trabalhar esses temas é, algumas vezes, uma tarefa não muito fácil. Esse quadro se assevera se observarmos que muitas regiões do Brasil ainda são governadas por remanescentes do regime. Não interessa a eles a construção de políticas públicas educacionais – incluindo aí a produção de livros didáticos – que possam lançar luz sobre temas tão espinhosos.

---

<sup>10</sup> Disponível em: <https://www.holodeckdesign.com.br/sobre/>. Acesso em: 10 out. 2022.

<sup>11</sup> Disponível em: <https://www.holodeckdesign.com.br/regras-do-jogo-98-games-e-a-ditadura-militar/>. Acesso em: 10 out. 2022.



Para contornar esses problemas, Langaro (2018) propôs que o ensino de história local e regional se desse em paralelo com o ensino de temas de história do Brasil, como forma de se contornar a ausência de espaço no currículo oficial para esses temas. Propôs ainda o trabalho com fontes históricas em sala de aula, podendo o/a docente tomar como apoio TCCs, dissertações e teses de história local e regional como bases para a elaboração de seu próprio material instrucional, como forma de superar o obstáculo da falta de materiais didáticos. Assim, o próprio docente poderia construir um espaço, dentro do currículo oficial, para a história local e regional, assim como elaboraria os próprios instrumentos didáticos necessários a esse tipo de ensino.

Para ficar mais claro o que aqui propomos, tomaremos como possibilidade para pensar esse ensino de história local e regional um espaço que já conhecemos muito bem: a região localizada na fronteira do Brasil com o Paraguai e a Argentina, o oeste paranaense e o estado da Bahia, objeto da próxima seção deste artigo.

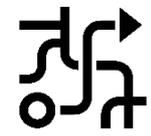
No oeste paranaense, embora exista o argumento de que não houve na região grande atuação do aparato ditatorial, é possível encontrarmos muitos elementos e fontes que serviriam à nossa proposta para o ensino de história. Em termos de violência política, o lugar não ficou imune. Diversas foram as pessoas que sofreram algum tipo de repressão durante o regime autoritário, em especial os/as professores/as. Projetos de história oral têm o potencial de trazer essas memórias a público e podem servir para ajudar a tornar o ensino de história um vetor de desmistificação da ausência de repressão na região durante a ditadura.<sup>12</sup>

Todavia, casos mais conhecidos e com certa abundância de fontes históricas também são ali verificados. É o caso do assassinato do “Grupo de Onofre Pinto”, ou seja, membros da Vanguarda Popular Revolucionária – um dos grupos da luta armada de esquerda contra a ditadura –, que foram atraídos para uma emboscada no Parque Nacional do Iguaçu, próximo às famosas Cataratas do Iguaçu, e ali foram chacinados (PALMAR, 2018).

Aluízio Palmar, ex-integrante da luta armada que chegou a viver na clandestinidade, se dedica a buscar os restos mortais de seus antigos companheiros e a documentar a violência e a repressão da ditadura. Duas iniciativas dele valem

---

<sup>12</sup> No ano de 2001, o Prof. Dr. Rinaldo Varussa, na disciplina Teoria e Metodologia da História, ministrada nos cursos de licenciatura e bacharelado em história da Unioeste, desenvolveu um projeto de história oral que acabou por revelar algumas dessas experiências, embora não fosse focado especificamente na temática da Ditadura Militar.



menção. A primeira é o livro, já com diversas edições, *Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?* (2018), disponibilizado gratuitamente pelo autor na Internet. A segunda é o site *Documentos revelados* (2023), também dedicado à memória da ditadura, do qual Palmar é editor. Ambos os materiais apresentam a narrativa do autor/editor sobre a repressão da ditadura, acompanhada de expressivo conjunto de fontes históricas. Todas elas, desde que devidamente selecionadas, podem ser trabalhadas em sala de aula. Em última instância, elas indicam que a região não ficou imune ao contexto da violência política que redundou nas buscas dos restos mortais dos falecidos e de informações sobre os desaparecidos da ditadura, feitas por amigos e parentes das vítimas, quadro que perdura até hoje.

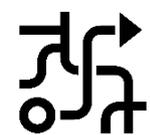
Por outro lado, ao pensarmos nas vítimas da Ditadura Militar, não podemos restringi-las ao universo político, pois artistas e intelectuais também sofreram com o aparato repressor ditatorial. À necessária lembrança deles, devemos somar membros de outros grupos sociais que também foram vitimados/as pela arbitrariedade do Estado autoritário. Em especial, precisamos lembrar das populações que foram impactadas negativamente pelos grandes projetos de engenharia que conformaram a vitrine do regime.

Na região em questão, temos o caso de Itaipu Binacional, grande hidrelétrica construída em parceria com o governo paraguaio. Na época de sua inauguração, era a maior hidrelétrica do mundo, objeto explorado pela propaganda da ditadura (LIMA, 2004). Quando da construção de Itaipu, diversas violências foram perpetradas contra as populações atingidas pela barragem. O projeto desalojou milhares de agricultores/as minifundiários/as, que cultivavam as férteis terras localizadas nas margens do Rio Paraná (FOCHEZATTO, 2003; LIMA, 2006).<sup>13</sup>

Em importante Trabalho de Conclusão de Curso de História, Anadir Fochezatto (2003) discutiu o movimento social “Justiça e Terra”, desenvolvido pelos autointitulados expropriados de Itaipu, com o apoio das Igrejas Católica e Luterana. Os integrantes do movimento eram principalmente os/as agricultores/as da região, que reclamavam dos baixos valores pagos pelas terras pela ditadura, a título de indenização. A autora frisa que o movimento reivindicou reajustes dos valores pagos (uma dessas demandas foi atendida, inclusive), mas também o reassentamento

---

<sup>13</sup> De acordo com Ribeiro *et al.* (2012), Itaipu Binacional desapropriou 100.607,73 estabelecimentos rurais para a construção de seu reservatório.



assistido dos/as agricultores/as, como forma de evitar sua dispersão migratória e sua espoliação pela especulação imobiliária das terras rurais, que acompanhou o processo de desapropriação. A resposta do Estado autoritário foi repressiva, com o exército ocupando a cidade de Santa Helena, uma das principais afetadas<sup>14</sup>, como forma de intimidar as famílias mobilizadas e dissipar o movimento, que acabou derrotado na maioria de suas pautas.

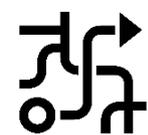
O trabalho de Fochezatto (2003) nos oferece ricas fontes de pesquisa para o trabalho em sala de aula, principalmente documentos de época produzidos pelos movimentos sociais, fotografias e trechos de depoimentos orais. Também oferece uma importante narrativa que, sendo devidamente tratada e editada pelo docente, pode ser levada para sala de aula. Certamente é um trabalho que serve como base para uma aula de história sobre a ditadura e sua atuação no oeste paranaense.

Outro trabalho ricamente documentado sobre a construção da usina é *Itaipu: as faces de um megaprojeto de desenvolvimento*, de Ivone Teresinha Carletto Lima (2006). Com muitas fotografias e citações de materiais de época, a autora trabalha as diversas dimensões do empreendimento, inclusive seus impactos sobre a região. Podemos destacar a sensibilidade da autora sobre o que a ditadura fez, por meio da construção de Itaipu, com Sete Quedas, também conhecidas como Cataratas do Rio Paraná. Os saltos, que podem ser compreendidos como um patrimônio natural brasileiro, foram completamente submergidos pelas águas do reservatório, não mais podendo ser visitados. Além do impacto natural e cultural, houve um grande dano econômico e social sofrido pela população da cidade de Guaíra, grande polo turístico até então.

A autora também trabalha a situação dos indígenas Avá-Guarani, que reclamam não terem recebido de Itaipu área equivalente à inundada (LIMA, 2006). Mais recentemente, a região foi tomada por questões remissivas à construção de Itaipu que, no entanto, até o presente momento permanecem não resolvidas por completo. Trata-se de outros grupos indígenas que também alegam terem sido arbitrariamente expulsos de suas terras nas margens do Rio Paraná. No presente, eles reivindicam novas áreas, como a reserva biológica de matas ciliares que circunda o reservatório da usina. Tais elementos demonstram de que forma os processos

---

<sup>14</sup> Ainda de acordo com Ribeiro et al (2012), Santa Helena teve 31,73% de seu território municipal alagado para a construção do lago artificial de Itaipu.



históricos inaugurados no período ditatorial não se encerraram com ele e ainda atingem o tempo presente, que, por sua vez, nos oferece fontes para ensinarmos história na educação básica. Dentre elas, podemos destacar as matérias publicadas por portais como o do Conselho Indigenista Missionário – CIMI, órgão da Igreja Católica de apoio aos povos originários<sup>15</sup>.

Outro projeto de grande impacto implementado pela Ditadura Militar na região em tela foi a chamada “modernização da agricultura”<sup>16</sup>, que a atingiu sobremaneira, por ser um lugar economicamente ligado às atividades agrícolas. Embora a população que viveu esse processo recorde que a vida e o trabalho no campo se tornaram menos árduos para quem conseguiu permanecer nesse meio (CALLAI; AVANCINI; ZARTH, 1983), inúmeras são as queixas presentes na imprensa e nos livros de memórias sobre a região acerca desse processo<sup>17</sup>. Entre elas, estão a denúncia da concentração fundiária, feita pela população de localidades da zona rural, bem como do desemprego no campo associado à migração em massa para a cidade, onde também se verificavam desemprego e subemprego, principalmente na forma de trabalho volante.

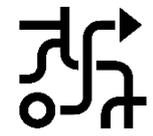
Conforme se argumentava na época, o governo federal, com apoio internacional, financiou a modernização da agricultura. O Banco do Brasil foi importante vetor para a concessão de empréstimos a quem pretendia aderir ao câmbio de produção agrícola. Em troca, a propriedade rural era oferecida como garantia de pagamento. Como resultado, propriedades muito diminutas não eram viáveis para a chamada “modernização”. Seus/suas proprietários/as vendiam e migravam para os centros urbanos ou para novas fronteiras agrícolas. Os/as vizinhos/as mais abastados/as compravam essas propriedades, ocorrendo assim a concentração fundiária.

---

<sup>15</sup> Entre as matérias, podemos citar a de Renato Santana (2019), publicada no site do CIMI que, isolada ou junto com outros materiais de imprensa, poderia fornecer subsídios a um profícuo trabalho a ser desenvolvido em sala de aula.

<sup>16</sup> CARNASCIALI et al. (1987) chama a atenção para a diferença entre mecanização e modernização agrícola. Embora os termos costumem aparecer confundidos na realidade cotidiana, mecanização prescinde de uma série de tecnologias que envolvem adubos químicos e agrotóxicos. Por outro lado, devemos tomar cuidado com os sentidos positivos que podem ser evocados pelo conceito “modernização”, como bem lembra Silva (1981) ao abordar em profundidade os impactos negativos desse processo dinamizado pela Ditadura Militar.

<sup>17</sup> A esse respeito, ver: CALLAI; AVANCINI; ZARTH, 1983; FERREIRA, 1974; SILVA, 1991; SILVA; BRAGAGNOLO; MACIEL, 1988; YOSHIDA, 1987.



Por outro lado, era prática entre os agricultores comprar mais terras do que podiam cultivar. Seus filhos, geralmente após o casamento, recebiam uma fração delas para poder fixar moradia perto dos pais. Enquanto esse dia não chegava, essas áreas eram destinadas a rendeiros/as, meeiros/as, arrendatários/as e demais trabalhadores/as rurais não proprietários/as. Com a “modernização”, todas essas pessoas ficaram sem terras para cultivar, haja vista que as máquinas agrícolas ampliaram a capacidade de cultivo dos pequenos/as e médios produtores/as rurais. Os/as trabalhadores/as rurais não proprietários, então, também tiveram de se mudar para as cidades ou para as novas fronteiras agrícolas, como alternativa para o desemprego no campo.

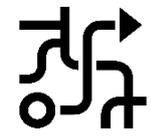
A devastação ambiental é outro tema que emerge dessas narrativas. Nelas se lembra de que modo a “modernização do campo” ampliou o processo de desmatamento da região. Também se recorda o uso de agrotóxicos, bastante nocivos à saúde humana e, por essa razão, muito impactantes nas memórias regionais, bem como a severa erosão do solo causada pela superexploração da terra.

Livros como *Toledo e sua história* (SILVA; BRAGAGNOLO; MACIEL, 1988), *Com licença, somos distritos de Toledo* (YOSHIDA, 1987), *Toledo existe!* (SILVA, 1991) e *Repensando o oeste do Paraná* (CALLAI; AVANCINI; ZARTH, 1983)- este último livro didático publicado nos anos 1980 - trazem ricos textos sobre esse processo de transformação ocorrido na região durante a Ditadura Militar. Também abordam a herança deixada pelo regime, em termos de miséria urbana, para a nova e nascente república democrática que ficou a cargo de resolvê-la. Na realidade, nesses materiais não está tão clara a conexão entre essa mudança na forma de operar a vida e o trabalho no campo – que também impactou a cidade – e o regime autoritário. Entretanto, entendemos que cabe ao/à docente fazer essa correlação por meio do trabalho didático a ser realizado com tais materiais.

Enfim, sempre vale ressaltar que novas fontes para o trabalho em sala de aula surgiram depois da Comissão Nacional da Verdade. Ela foi desdobrada em comissões estaduais, que produziram um material muito rico e que atende a demandas sobre o ensino de história local e regional<sup>18</sup>. Tal acervo documenta e denuncia a violência e as inúmeras arbitrariedades cometidas pelo Estado durante a Ditadura Militar. Essas

---

<sup>18</sup> Informações e o relatório da Comissão Estadual da Verdade do Paraná podem ser obtidos em: Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado do Paraná (2023).



fontes podem ser trabalhadas em sala de aula desde que devidamente selecionadas e problematizadas à luz das metodologias do ensino de história.

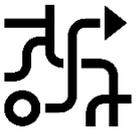
Em síntese, entendemos que objetos de estudo e fontes históricas para o trabalho em sala de aula não faltam sobre as relações entre a Ditadura Militar e o ensino de história local e regional. Basta procurarmos que encontraremos muitos materiais passíveis de didatização. Alguns deles são amplamente conhecidos. Entretanto, como no caso de Itaipu e da “modernização do campo”, costuma-se esquecer que tais empreendimentos não surgiram espontaneamente, mas foram projetos do regime autoritário. Cabe à história lembrar às pessoas do tempo presente essa questão, que não pode passar despercebida como se fosse um pequeno detalhe.

### **A BAHIA EM TEMPOS DE DITADURA MILITAR: PENSANDO A SALA DE AULA**

As reflexões apontadas anteriormente nos permitem traçar um caminho metodológico importante para se pensar como a Ditadura Militar impactou diferentes espaços do Brasil, como o oeste paranaense. Assim, aqui propomos pensar o estado da Bahia e as possibilidades de sua abordagem em sala de aula no contexto ditatorial.

Tendo em vista que, em sua maioria, os livros didáticos não apresentam os diferentes impactos da Ditadura Militar sobre diferentes regiões do Brasil, optamos por trazer estudos baianos ou que tenham a Bahia como ponto de reflexão, compreendendo-os como possíveis pontos de partida. Além disso, salientamos que houve um crescimento importante sobre a temática nos últimos anos. Com isso, os estudos apontados por nós não esgotam ou buscam restringir o debate, mas apenas levantam possibilidades.

Pensando inicialmente a cidade de Salvador, consideramos três estudos: *Ação entre amigos: história da militância do PC do Brasil em Salvador (1965- 1973)*, de Cristina Santos (2004); *Ousar lutar, ousar vencer: histórias da luta armada em Salvador (1969-1971)*, de Sandra Souza (2013); e, *O golpe de 1964, o movimento estudantil na UFBA e a resistência à Ditadura Militar (1964-1968)*, de Antônio Brito (2008). As referidas pesquisas trazem um panorama importante para se pensar os impactos da Ditadura Militar no estado da Bahia, observando temáticas como clandestinidade, fraternidade, memórias, ações partidárias, luta armada e movimento estudantil. Logo, caso uma dessas temáticas seja abordada em sala de aula, usar trechos e até mesmo algumas das fontes apresentadas pelas autoras e pelo autor

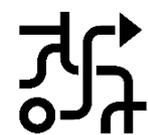


pode ser um caminho possível, contribuindo para que os/as discentes reconheçam lugares e a presença da repressão nesses espaços. O movimento estudantil é outro tema bastante próximo do cotidiano de sala de aula, podendo ser realizado um debate sobre as lutas do período e como as conjunturas mobilizaram lutas coletivas, algo muito bem apresentado por Brito (2008).

Outra possível abordagem a ser realizada em sala de aula é o uso de trajetórias, tendo em vista que muitas vezes os nomes de maior reverberação em livros didáticos, por exemplo, estão distantes da realidade regional e local de estudantes. Nesse contexto, apontamos os trabalhos de Gilneide Lima (2019), *Do corpo insepulto à luta por memória, verdade e justiça: um estudo do caso Dinaelza Coqueiro*, e *As Dinãs do Araguaia: diferentes trajetórias na luta contra a Ditadura Militar*, de Ary Cavalcanti Junior (2020).

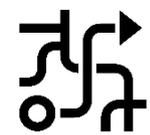
Sobre as pesquisas apresentadas, encontram-se em comum as trajetórias femininas e suas diferentes frentes de luta contra a Ditadura Militar. Sendo assim, uma possibilidade seria trabalhar com as memórias apresentadas nos trabalhos mencionados, bem como compreender como as ações do Estado repressivo impactaram a vida de mulheres baianas, mudando suas trajetórias, interferindo em seus convívios e interrompendo suas vidas.

No caso de Gilneide Lima (2019), ela apresenta a trajetória da baiana Dinaelza Coqueiro. Nascida em Vitória da Conquista, sudoeste da Bahia, perpassa uma vida no interior do estado, entra para a militância estudantil e integra a Guerrilha do Araguaia, onde é brutalmente assassinada. Sob uma abordagem semelhante está o trabalho de Ary Cavalcanti Junior (2020), que também aborda a trajetória de Dinaelza Coqueiro, e destaca a de outra militante baiana, Dinalva Oliveira. Especificamente sobre esta última, nascida em Argoim, à época distrito de Castro Alves, ainda na adolescência passa a estudar em Salvador. Posteriormente, integra o movimento estudantil universitário, o PC do B, e, assim como Dinaelza, integra a Guerrilha do Araguaia, sendo também morta. Chama a atenção que Dina, como ficou conhecida, foi a única mulher a ser subcomandante da guerrilha, sendo uma das mais perseguidas do episódio. Logo, pensar as trajetórias dessas mulheres seria uma possibilidade de significar a importância feminina na luta contra a Ditadura Militar e as ações baianas.



Um importante estudo a ser mencionado é o de Daniela Silva (2021), *Mulheres nas Lutas de Resistência à Ditadura Empresarial-Militar na Bahia*: dos Estudos Acadêmicos à Produção de Materiais Didáticos, defendido junto ao Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. No referido estudo, Silva (2021) destaca sua atuação como professora e como em seu trabalho cotidiano com o livro didático percebe a ausência de uma abordagem sobre as mulheres. Com isso, a autora destaca que: “Quando o assunto é política, há a supervalorização dos papéis dos homens e seus ‘grandes feitos’, sendo as atuações das mulheres na História relegadas a segundo plano” (SILVA, 2021, p. 16). Assim, fazendo uma reflexão mais próxima das dificuldades e enfrentamentos em sala de aula, diferente dos estudos anteriormente apresentados, compreendemos o trabalho de Silva (2021) como um caminho possível não apenas no campo teórico, mas também no prático. Isso porque a autora apresenta um guia de apoio pedagógico voltado para professoras e professores que atuam no ensino médio, intitulado: *Resista como uma garota: mulheres nas lutas de resistência à Ditadura Empresarial-Militar na Bahia* (2021). Em formato digital, busca destacar trajetórias de mulheres que militaram politicamente e propõe uma oficina didática sobre o tema, podendo ser o material acessado por docentes.

Somam-se a esses estudos as coletâneas organizadas por Grimaldo Carneiro Zachariadhes intituladas: *Ditadura Militar na Bahia: novos olhares, novos objetivos, novos horizontes* (2009) e *Ditadura Militar na Bahia: histórias de autoritarismo, conciliação e resistência* (2014). Contando com artigos de autores e autoras que apresentam o período a partir de inúmeras abordagens, as referidas obras são as únicas que se aproximam da realização de um panorama mais geral sobre a temática. Dessa forma, compreendemos que não apenas para docentes que pretendam discutir a temática da Ditadura Militar na Bahia, mas também em outros espaços, as produções se mostram importantes. Isso permite a possibilidade de fazer contrapontos entre fatos ocorridos em diferentes locais e de que maneira a Ditadura Militar atuou em diferentes espaços, não apenas em regiões diferentes, como também dentro do próprio estado da Bahia. Algo passível de ser realizado em sala de aula ao discutir a temática, inclusive dialogando com o livro didático, uma das ferramentas, senão a única, disponíveis em muitas instituições de ensino.



Por fim, destacamos a obra produzida por Cristiane da Mota (2016), *O Golpe de 1964 e suas reverberações em Santo Antônio de Jesus*. Resultado de sua dissertação de mestrado, Mota apresenta um panorama sobre os impactos do golpe de 1964 na cidade baiana de Santo Antônio de Jesus, utilizando diferentes fontes, tais como memórias, atas da câmara de vereadores, processos crime, dentre outros. Em sua obra, a autora aponta para a importância de se compreender a política nacional, assim como suas reverberações em instâncias locais, apresentando singularidades e características que impactaram aquela realidade. Com isso, compreendemos que analisar e debater com estudantes, por meio de pesquisas em diferentes fontes, e até mesmo tomar contato com pessoas que vivenciaram o período na região, permitem tecer reflexões sobre a forma como a ditadura foi invadindo não apenas o cenário político, mas também todos os espaços sociais.

Obviamente os estudos apresentados não encerram as possibilidades, tendo em vista que os estudos sobre a Ditadura Militar na Bahia aumentaram significativamente nas últimas décadas. Por outro lado, salientamos a necessidade de os programas de pós-graduação manterem seus sites e espaços de socialização de pesquisas atualizados e de fácil acesso. Além disso, frisamos novamente a importância do ProFHistória<sup>19</sup>, que em seu site disponibiliza um espaço para pesquisas por palavras-chave, inclusive por locais, sendo compreendido por nós como um espaço fundamental para docentes que buscam referências de qualidade e propostas voltadas para a sala de aula.

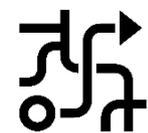
## CONCLUSÃO

A Ditadura Militar (1964-1985) deixou impactos profundos na sociedade, os quais não ficaram restritos às perseguições políticas, mas a todo o legado de repressão e controle exercidos nos mais variados espaços do país. Contudo, isso não impediu que correntes negacionistas e pró-golpe buscassem, ao longo dos últimos anos, relativizar fatos, revisar acontecimentos com base em suas opiniões e, principalmente, distorcer falas e até mesmo perseguir professores/as de história<sup>20</sup>. Por

---

<sup>19</sup> Sobre o programa e pesquisas ver: <http://site.profhistoria.com.br/>. Acesso em: 11 jun. 2023.

<sup>20</sup> Em 2018, um professor de história de Fortaleza foi "acusado" de doutrinação marxista por exibir o filme *Batismo de Sangue* (2006). Ver matéria completa em: <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2018/10/professor-criticado-filme-ditadura-santa-cecilia-homenagem-estudantes.html>. Acesso em: 11 jun. 2023.



isso, entendemos que o presente artigo e o dossiê *A Ditadura Militar no Brasil em debate*: silenciamentos, resistências e ensino de história se apresentam fundamentais na luta contra o esquecimento e a favor de um ensino de história libertador, crítico-reflexivo em sala de aula e defensor da valorização dos/as docentes de história.

Por outro lado, também entendemos que ainda há espaços silenciados e discussões que precisam ser melhor apresentadas, seja em materiais didáticos, seja nas diferentes e atuais mídias digitais. Assim, apresentar os impactos e as possibilidades de se trabalhar a Ditadura Militar no Oeste Paraense e na Bahia não esgota o debate, mas levanta questões e convida docentes que tiverem acesso a este artigo a pensar como abordar a temática em sua sala, levando em considerações suas especificidades regionais e locais.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. *A invenção do nordeste e outras artes*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BARROS, José D' Assunção. O lugar da história local na expansão dos campos históricos. In: OLIVEIRA, Ana Maria. REIS, Isabel Cristina (Orgs.). *História regional e local: discussões e práticas*. Conferência para o I encontro de História Local/regional. UNEB. Novembro. 2009, p. 217-241.

BITTENCOURT, Circe. Capitalismo e cidadania nas atuais propostas curriculares de história. In: *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 11-27.

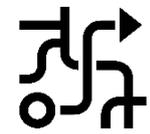
BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2018.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: história, geografia* / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRITO, Antônio Mauricio F. *O Golpe de 1964, o movimento estudantil na UFBA e a resistência à Ditadura Militar (1964-1968)*. 2008. 243 f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, 2008.

CAIMI, Flávia Eloisa. Por que os alunos (não) aprendem História? Reflexões sobre ensino, aprendizagem e formação de professores de História. *Tempo*, v. 11, p. 17-32, 2006.

CALLAI, Dolair Augusta; AVANCINI, Elsa Gonçalves; ZARTH, Paulo Afonso. *Repensando o oeste do Paraná*. Cascavel/PR: Assoeste; Ijuí/RS: FIDENE, 1983.



CARNASCIALI, Carlos Humberto; CIMINELLI, Rossana Ribeiro; MARANHO, Eron José; FLORIANI, Dimas; ANGULO, Rodolfo José; FLEISCHFRESSER, Vanessa. Consequências sociais das transformações tecnológicas na agricultura do Paraná. In: MARTINE, George e GARCIA, Ronaldo Coutinho. *Os impactos sociais da modernização agrícola*. São Paulo: Caetés, 1987. p. 125-167.

CAVALCANTI, Erinaldo. História e história local: desafios, limites e possibilidades. *Revista História Hoje*, v. 7, n. 13, p. 272-292, 2018.

CAVALCANTI JUNIOR, Ary Albuquerque. A Ditadura civil-militar (1964-1985) no âmbito do regional e do local – uma breve abordagem. *Revista Eletrônica Discente História. com*, v. 3, n. 5, p. 4-11, 2016. Disponível em: <https://www3.ufrb.edu.br/seer/index.php/historiacom/article/view/202> Acesso em: 25 ago 2023.

CAVALCANTI JUNIOR, Ary Albuquerque. *As Dinias do Araguaia: diferentes trajetórias de uma luta contra a Ditadura Militar*. 216 f. Tese (Doutorado em História) — Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2020.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. O que a micro-história tem a nos dizer sobre o regional e o local? *História UNISINOS*, v. 8, n. 10, p. 157-178, jul./dez, 2004.

FICO, C. Ditadura Militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 5-74, 2017. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180309202017005>. Acesso em: 15 jun. 2023.

FERREIRA, Edílio. Presentes de aniversário. *A voz do Oeste*. Toledo/PR, ano VII, n. 189, p. 3, 14 dez. 1974.

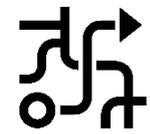
FOCHEZATTO, Anadir. *Um estudo das experiências cotidianas coletivas de resistência dos expropriados da Itaipu*. 2002. 85 f. Trabalho de Conclusão (Graduação em História) – Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon/PR, 2002.

LANGARO, Jiani Fernando. O ensino de história, entre o local e o global: relato de experiência docente e esboço de uma metodologia para sala de aula. In: KMITTA, Ilyane do Rocio; ARAKAKI, Suzana. (Org.). *História no entretecer das práticas de ensino*. Serra-ES: Milfontes, 2018. p. 97-140.

LIMA, Gilneide de Oliveira Padre. *Do corpo insepulto à luta por memória, verdade e justiça: um estudo do caso Dinaelza Coqueiro*. 2019. Tese (Doutorado em Memória: Linguagem e Sociedade) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da conquista, Bahia, 2019.

LIMA, Ivone Teresinha Carletto de. *Itaipu: as faces de um megaprojeto de desenvolvimento (1930-1984)*. Marechal Cândido Rondon/PR: Germânica, 2006.

MORAES FERREIRA, Marieta de; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (Ed.). *Dicionário de ensino de história*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.



MOTA, Cristiane Lopes da. **O golpe de 1964 e suas reverberações em Santo Antônio de Jesus**. Salvador, Bahia: Sagga, 2016, 144p.

NEVES, Erivaldo Fagundes. História e região: tópicos de história regional e local. *Ponta de Lança*, São Cristóvão, v. 1, n. 2, abr./out. 2008.

OLIVEIRA, Maria Aline Matos de. *Em busca da liberdade: memória do movimento feminino pela anistia em Sergipe (1975-1979)*. Sergipe: Editora Diário Oficial de Sergipe – Edise. 2021

PAIM, Elison Antonio; PICOLLI, Vanessa. Ensinar história regional e local no ensino médio: experiências e desafios. *História & Ensino*, v. 13, p. 107-126, 2007.

PALMAR, Aluizio (Ed.). *Documentos revelados*. Foz do Iguaçu, 2023. Disponível em: <https://documentosrevelados.com.br/>. Acesso em: 31 maio 2023.

PALMAR, Aluizio. *Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?* São Paulo: Alameda, 2018. Disponível em: <https://documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2020/11/Onde-foi-que-voce-enterraram-nossos.pdf>. Acesso em: 31 maio 2023.

QUEM É o dono do Pouso Frio? Ou a história de gente que só quer viver. *Tribuna D'Oeste*. Toledo/PR, n. 94, ano II, pp. 10-11, 27 de julho a 3 de agosto de 1977.

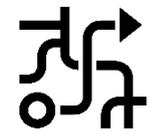
RIBEIRO, Vitor Hugo; CASSULI, Danieli Cristina; FRASSÃO, Adair José Frasson. Território e conflito: breve histórico sobre a implantação da usina hidroelétrica Itaipu Binacional e seus reflexos na produção do espaço. In: *Anais da XIII Jornada do Trabalho: a irreformabilidade do capital e os conflitos territoriais no limiar do século XXI. Os novos desafios da Geografia do Trabalho*. Presidente Prudente, UNESP, 2012. n. p.

RODRIGUES JUNIOR, Osvaldo. A luta da memória contra o esquecimento: a reforma do Ensino Médio e os (des) caminhos do ensino de História no Brasil. *Revista Trilhas da História*, v. 7, n. 13, p. 3-22, 2017.

SAMUEL, Raphael. História local e história oral. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH, v. 9, n. 19, p. 219-243, set. 1989/fev. 1990.

SANTANA, Renato. Itaipu tenta expulsar comunidade Avá-Guarani de Santa Helena com nova ação de despejo. *Conselho Missionário Indigenista (CIMI)*. 2019. Disponível em: <https://cimi.org.br/2019/03/itaipu-tenta-expulsar-comunidade-ava-guarani-de-santa-helena-com-nova-reintegracao-de-posse/>. Acesso em: 31 maio 2023.

SANTOS, Andréa Cristiana. *Ação entre amigos: História da Militância do PC do Brasil em Salvador (1965- 1973)*. 2004. 253 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal da Bahia, 2004.



SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA DO ESTADO DO PARANÁ (2023). *Comissão Estadual da Verdade*. Disponível em: <https://www.justica.pr.gov.br/Pagina/Comissao-Estadual-da-Verdade>. Acesso em: 31 maio 2023.

Silva, Daniela Rodrigues da. *Mulheres nas lutas de resistência à ditadura empresarial – militar na Bahia: dos estudos acadêmicos à produção de materiais didáticos*. 140 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-graduação do Curso Profissional em Ensino de História, Vitória da Conquista, 2021. Disponível em: <http://www2.uesb.br/ppg/profhistoria/wp-content/uploads/2022/08/DANIELA-RODRIGUES-DA-SILVA-DISSERTA%C3%87%C3%83O.pdf> acesso em 12 jul. 2023.

SILVA, Luiz Gabriel da. *Repressão e resistência na ditadura civil-militar: construção de site temático para ensino de história local*. 153f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-graduação do Curso Profissional em Ensino de História, Curitiba, 2018. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/432172> acesso em 12 jul. 2023.

SILVA, José Graziano da. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

SILVA, Oscar. *Toledo existe: resposta a Câmara Cascudo*. Cascavel/PR: Assoeste, 1991.

SILVA, Oscar; BRAGAGNOLLO, Rubens; MACIEL, Clori Fernandes. *Toledo e sua história*. Toledo: Prefeitura Municipal de Toledo, 1988.

SIMIÃO, Cícero Aurelisnor Matias. *Resistência, rota de fuga e refúgio: o Cariri cearense na Ditadura Militar*. Fortaleza: INESP, 2019.

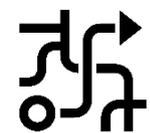
SOUZA, Sandra Regina Barbosa da Silva. *“Ousar lutar, ousar vencer”*: histórias da luta armada em Salvador (1969-1971). Salvador: EDUFBA, 2013.

SOUZA, Shirley Cláudia da Silva; RIBEIRO, Renilson Rosa. História regional e local: o que dizem os professores e os estudantes?. *CLIO: Revista Pesquisa Histórica*, v. 39, n. 2, p. 186-214, 2021.

YOSHIDA, Iraci da Silva Menezes (Coord.). *Com licença somos distritos de Toledo: projeto repensando os distritos de Toledo*. Prefeitura Municipal de Toledo: Toledo, 1988.

ZACHARIADHES, G. C. (Org). *Ditadura Militar na Bahia: novos olhares, novos objetivos, novos horizontes* [on-line]. v. 1. Salvador: EDUFBA, 2009.

ZACHARIADHES, Grimaldi (Orgs.). *Ditadura Militar na Bahia: histórias de autoritarismo, conciliação e resistência*. v. 2. Salvador: EDUFBA, 2014.



Recebido em: 22/06/2023

Aprovado em: 08/11/2023